

# Propensão à Associação e seus Determinantes Culturais e Sócio-Demográficos

**Jaqueline  
Medeiros  
Farah**

**Maria Carolina  
Tomás**

Graduandas do  
Curso de Ciências  
Sociais / UFMG

**RESUMO:** Contrapondo as perspectivas teóricas de Robert Putnam (1996) e Sidney Verba (1995), o presente trabalho buscou apreender a influência dos fatores culturais e sócio-demográficos na propensão à associação dos habitantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte em participar de associações voluntárias. A hipótese testada foi que tanto os aspectos sócio-demográficos, quanto culturais da população, influenciam a propensão dos indivíduos à associação. Ao final, pôde-se perceber que a associação é por demais complexa para ser explicada de forma bipolarizada. Deste modo, é possível compreender que tanto os fatores sócio-demográficos, quanto a confiança interpessoal, influenciam positivamente a propensão e a associação, ou seja, estas vertentes não são contraditórias mas podem ser entendidas de forma complementar.

## **Palavras-chave:**

Associativismo; Cultura Política; Capital Social; Confiança; Desigualdade Política; "Modelo do Voluntarismo Cívico".

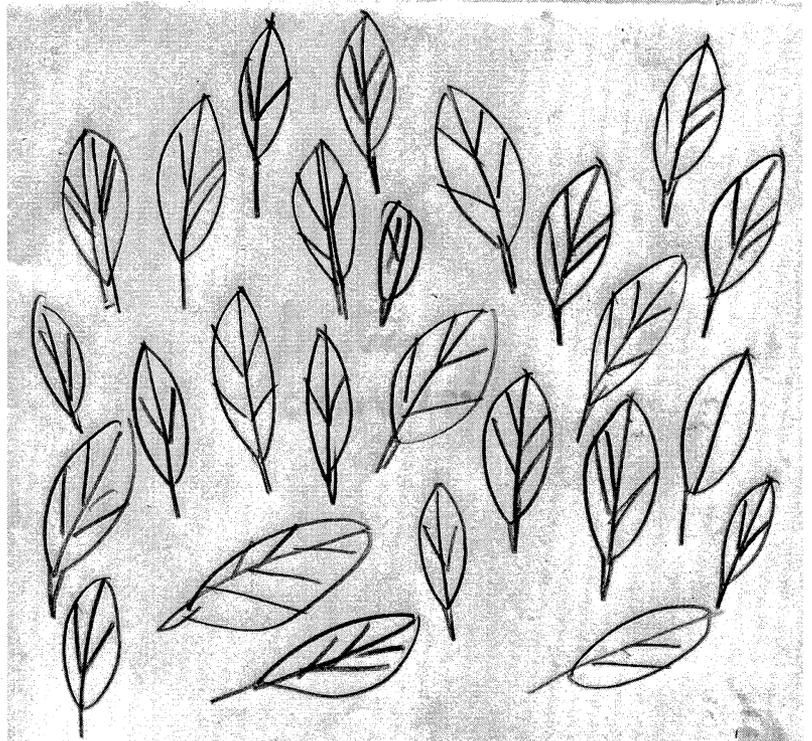
## **Introdução**

Uma associação voluntária consiste em um grupo formal e livremente constituído; organizada por indivíduos coligados entre si por procedimentos, rotinas e sanções compartilhadas; e que busca promover algum interesse comum a todos os membros. As associações diferem amplamente uma das outras quanto ao grau de envolvimento pessoal que requerem dos seus participantes e também quanto à especificidade das metas a atingir. Existem, portanto, associações culturais, recreativas, religiosas, profissionais, econômicas, políticas, etc. (Cesareo, 1986; Rios, 1986).

Conforme Mancur Olson (1999), é característico à teoria tradicional dos grupos sociais, em todas as suas variações, pressupor a participação em associações voluntárias como um fenômeno virtualmente universal<sup>1</sup>. Baseando-se

em pressupostos "funcionais", em sua variante formal, esta teoria procura as causas que determinam o desenvolvimento do fenômeno associativismo no processo de industrialização e urbanização da sociedade moderna. Parte do fato de que em sociedades primitivas, nas quais predominam 'grupos primários', a expressão social dos interesses se dá sobretudo através de grupos de casta ou classe, de idade, de parentesco, de vizinhança, e não através de outras solidariedades livremente organizadas.

Sob essa perspectiva, as estruturas associativas surgem à medida que a sociedade se desenvolve tornando-se mais complexa, e as relações de interdependência entre seus membros reduzem a capacidade das estruturas tradicionais para "satisfazer exigências fundamentais de segurança pessoal, de controle da realidade circundante, da auto-expressão e de ação cole-



tiva, para alcançar determinadas metas" (Cesareo, 1986, p.65).

Devido à crescente atuação das organizações voluntárias como agente de mudança social, - na mediação entre os grupos primários e o Estado, na integração de minorias e afirmação de seus valores, na participação em instituições governamentais, etc. - o associativismo é contraposto a formas autocráticas de governo, sendo considerado mola mestra de um processo mais amplo de democratização das estruturas sociais (Rios, 1986, p.91).

No século XIX, Aléxis de Tocqueville atribuiu o bom funcionamento do governo nos EUA à prática comum dos seus habitantes em formar associações. No século XX, em marcada semelhança com Tocqueville, Robert Putnam (1996) contrapôs as províncias do Norte e do Sul da Itália, e ressaltou a relevância dos elevados padrões e sistemas de engajamento cívico dos habitantes da primeira região para o melhor desempenho de suas instituições políticas. Estes autores qualificaram estas sociedades como tendo um ou outro tipo de cultura política sem considerarem eventuais desigualdades na distribuição de "civismo" entre os seus diferentes grupos.

Segundo Bruno P. Reis (2003a), desigualdade política, que usualmente refere-se a atribuição desigual de direitos políticos, possui uma outra dimensão geralmente negligenciada: embora os direitos políticos sejam assegurados formalmente a todos os membros de uma população, o seu cumprimento se apresenta de forma desigual. Para este autor, estamos diante de um problema na medida que a apatia tende a estar relacionada com atributos objetivos da pessoa como gênero, raça, renda, status ocupacional e religião. De acordo com ele, sistemas políticos que apresentam indivíduos com maiores probabilidades de participação se mostram parciais em detrimento daqueles que tem menores chances de participar dos processos.

Deste modo, percebemos que quando se procura, a partir do estudo da cultura política, explicação para fenômenos como as condições de estabilidade política do regime democrático (Almond & Verba, 1963) ou o desempenho diferenciado das instituições democráticas (Putnam, 1996), os valores agregados de cultura política parecem bastar. Não obstante, se o foco da investigação volta-se para a política como arena de conflito, torna-se importante atentar para a distribuição da cultura política entre os grupos estudados.

Nesse sentido, na visão dos autores Mario Fuks, Renato Monseff Perissinotto e Ednaldo Aparecido Ribeiro (2003), o conceito de cultura política aplicado ao estudo dos conflitos entre os grupos de uma dada comunidade deve ser entendido como um 'recurso político', específico e desigualmente distribuído e, portanto, como um dos possíveis condicionantes da desigualdade política. E Bruno Reis (2003b), de forma apropriada, entende que uma avaliação adequada do desempenho de instituições políticas que pre-

tendem ser democráticas dependerá em larga medida de uma compreensão minuciosa pelos quais variadas parcelas de grupos sociais diversos se sentem compelidos ou não a participar do processo político.

No Brasil, a partir do final da década de 70, verificou-se um crescimento exponencial de associações civis, em especial de associações comunitárias, em um amplo processo de resistência popular e lutas pela conquista de direitos civis e sociais (Jacobi, 2002)<sup>2</sup>. Estes novos atores sociais, emergindo à revelia do Estado, buscaram criar novos espaços e formas de participação, bem como de relacionamento com o poder público.

Não obstante, como salienta Bruno Reis (2003a), autores como Arato e Cohen (1994) e Avritzer (1993) consideram o incremento do associativismo a variável explicativa chave do processo de redemocratização da nossa sociedade, a questão é controversa. De acordo com outras opiniões, é preciso questionar se os níveis extremos de desigualdade não minariam estes efeitos. Elisa P. Reis, por exemplo, sugere "[...] que pobreza e desigualdade de grandes dimensões podem ter como consequência a definição de uma identidade social do tipo restritivo e avessa à esfera política", assim o chamado *apartheid* social no Brasil teria consequências decisivas para o encolhimento da esfera pública e para a dissolução de uma identidade política entre os mais pobres (1996, p.437).

Mediante as implicações diretas que a confirmação destas conjecturas teriam para o desempenho e conservação dos governos democráticos, o presente trabalho procurou apreender a influência dos fatores culturais e sócio-econômicos na propensão dos habitantes da Região metropolitana de Belo Horizonte a participar do associativismo voluntário.

## A vertente culturalista

Desde os gregos na Antigüidade, passando por Maquiavel na Renascença, é comum falar sobre a necessidade de uma correspondência entre a cultura de um povo e suas instituições políticas. A expressão "cultura política" é usada para designar "[...] o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos" (Sani, 1986, p.306).

Segundo Maria Celina D'Araujo (2003), quando os valores do governo representativo foram se tornando mais fortes, o conceito de cultura política foi sendo mais qualificado. Em meados do século XIX, o liberal francês Tocqueville publicou *Democracia na América*. Aos olhos deste estudioso, as associações voluntárias, a livre circulação de informação e as práticas de igualdade conferiam singularidade à democracia norte-americana e marcaram a diferença dos Estados Unidos com a Europa, em especial com a França, onde ainda predominava uma cultura aristocrática, hierárquica, apesar da Revolução Fran-

1. De acordo com Olson (1999), como tantas outras teorias, esta foi desenvolvida por diferentes autores com diferentes visões. Não obstante, satisfaz aos propósitos do presente trabalho apenas uma abordagem da variante formal dessa corrente.

2. Leonardo Avritzer (1997) considera que neste período ocorreu no país o surgimento de uma sociedade civil mais autônoma, que posteriormente incorporou-se a institucionalidade no processo de democratização na década de 80.

cesa.

No século XX, Gabriel Almond e Sidney Verba lançam em 1963 o livro *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Countries*, primeira tentativa sistemática de estabelecer um elo explicativo entre, de um lado, as atitudes e motivações subjetivas dos atores sociais e, de outro, a conduta política adotada por estes e seus efeitos sobre o funcionamento das instituições democráticas. Assim, o termo "cultura cívica" foi empregado por estes autores para designar um tipo particular de cultura política baseado na aceitação e adesão à autoridade política, e na crença das possibilidades de influenciar as decisões políticas, e na confiança nos concidadãos (Fuks; Perissinotto; Ribeiro, 2003).

Em 1981, em *The Civic Culture Revisited*, Almond e Verba viriam a dizer que as instituições democráticas podem exercer influência positiva sobre a cultura política no sentido de democratizá-la, o que demonstra que estudos envolvendo cultura cívica e democracia vem sofrendo constantes adaptações metodológicas no decorrer do tempo (D'Araujo, 2003).

### Um estudo de caso na Itália e variável confiança

Publicado em 1993, *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, de Robert Putnam, é o resultado de minuciosa pesquisa multidisciplinar iniciada em 1970, quando na Itália foi implementado um drástico processo de descentralização administrativa, que implicou a criação de vinte governos regionais. Esta mudança estrutural objetivou a superação das deficiências de um governo fortemente centralizado, incapaz de corrigir graves distorções apontadas entre o Norte e o Sul daquele país no que toca o desenvolvimento econômico, social e político.

Por duas décadas, Putnam dedicou-se a entender o porquê de, embora munidos de mesmo arranjo institucional, os governos locais apresentarem desempenhos tão distintos. Segundo o próprio autor,

*"[...] a reforma regional parece estar agravando, e não atenuando, a histórica disparidade entre o Norte e o Sul. A reforma livrou do paralisante domínio romano as regiões mais adiantadas, mas deixou que os problemas das regiões mais atrasadas se agravassem" (1996, p. 75).*

Na opinião de Putnam (1996) tais distorções poderiam ser explicadas recorrendo ao conceito de "comunidade cívica". De acordo com Antonio Augusto Pereira Prates, este conceito

*"[...] engloba desde traços característicos de uma 'cultura cívica', nos termos definidos por Almond /Verba (1963), até condições estruturais de existência de uma alta densidade de organizações civis que possibilitem sistemas plurais de participação e solidariedade horizontal, no mesmo sentido das condições da sociedade democrática, sugeridas por Tocqueville" (1993, p. 196-7).*

Em busca de alguma variável sócio-econômica cuja variação correspondesse às oscilações inter-regionais do seu índice de desempenho institucional, Putnam encontrou forte correlação de comunidade cívica com o desempenho institucional dos governos locais<sup>3</sup>.

Como afirma Bruno Reis (2003c), ao analisar a conexão entre modernidade econômica e desempenho institucional, cuidadoso, no próprio texto, o autor refuta a contestação óbvia segundo a qual comunidade cívica poderia ser ela própria um subproduto, resultado de níveis presumivelmente mais elevados de dinamismo econômico no Norte da Itália<sup>4</sup>. Para corroborar a relevância do civismo e das relações sociais no processo de desenvolvimento, Putnam realizou uma digressão histórica encontrando nas tradições políticas e culturais mantidas no Norte e Sul as origens dos dois diferentes tipos de vida associativa observados na península italiana. Conforme Prates,

*"[a]s 'repúblicas comunais que predominavam nas cidades do norte e centro da Itália [...], nas regiões onde hoje constata-se os mais altos índices de desempenho institucional, já apresentavam, desde aquele século, os traços fundamentais de associativismo e vida cívica que caracterizam a existência de 'comunidade cívica'. Em oposição a isto, as regiões do sul da Itália onde predominava um sistema político autocrático do feudalismo normando, 'constituem exatamente as sete regiões menos cívicas nos 1970s'" (1997, p. 197).*

Em novas comparações entre o civismo e o desenvolvimento sócio-econômico das duas regiões no século XX, Putnam constatou: o Norte manteve no decorrer do tempo um maior volume de associações civis, apresentando uma população mais comprometida com a coisa pública (res pública) e marcada pela sensação de confiança mútua, aspectos que o autor considerava favoráveis para o desempenho dos governos e da economia dessa região. Ao contrário, o Sul, cujo passado foi mais próspero, apresentou uma política verticalmente estruturada, padecendo de uma vida social caracterizada pela fragmentação e isolamento dos habitantes e de uma cultura assinalada pela desconfiança mútua.

Nesse sentido, Putnam (1996) pôde concluir que as tradições cívicas e a capacidade de organização social revelaram-se um poderoso determinante das disparidades de desenvolvimento sócio-econômico encontradas atualmente entre as duas regiões. O autor, visando não apenas explicar o caso italiano, mas ampliar a capacidade de aplicação de sua análise, fundamentou esta sua conclusão em uma lógica da ação coletiva e no conceito de "capital social", que passou substituir a idéia de "comunidade cívica".

Em Putnam, "[...] capital social diz respeito a características de organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando

3. Putnam operacionalizou "comunidade cívica" através de índice que envolve quatro dimensões: qualidade de participação, leitura de jornais, densidade de organizações civis e voto preferencial (B. Reis, 2003c; Prates, 1997)

4. Embora nos testes realizados por Putnam, o índice de modernidade econômica tenha apresentado uma correlação bastante positiva com o índice de desempenho institucional ( $r=0,77$ ), este último apresentou uma correlação verdadeiramente espantosa com comunidade cívica ( $r=0,94$ ) (B. Reis, 2003c).

tando ações coordenadas". Se de acordo com o dilema do prisioneiro é irracional cooperar em situações que não envolvam garantias, "a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica" (1996, p. 177).

Os sistemas de participação cívica, segundo D' Araújo, remetem à atuação em várias associações onde se estabelecem laços horizontais de cooperação que, por sua vez, envolvem grau de pertencimento e importância individuais relativamente iguais; "possibilitando melhor informação, promovem regras de reciprocidade, aumentam os custos potenciais de transgressão, redimensionam a confiança e possibilitam futuras colaborações". Nesse sentido, uma boa definição de confiança é a "expectativa de reciprocidade que pessoas de uma comunidade, baseada em normas partilhadas, têm acerca do comportamento dos outros" (D'Araújo, 2003, p. 19-33).

Para conferir plausibilidade analítica ao seu argumento, Putman eleva "confiança" ao status de categoria-chave do seu raciocínio. Como afirma Bruno Reis a respeito, para esse autor,

*"[...] a existência de laços de confiança mútua reforça os mecanismos de cooperação entre os habitantes e favorece o desempenho das instituições políticas [ e econômicas]; esse mesmo desempenho institucional eficiente atua positivamente sobre o contexto, reduzindo a incerteza e reforçando ainda mais o nível de confiança e cooperação no interior da população (B. Reis, 2003c: 38).*

Não obstante, tal conjectura jamais foi testada. B. Reis (2003b) salienta que "confiança", elevada à condição de mecanismo causal crucial do argumento, não é objeto de qualquer tentativa de mensuração empírica. Putnam não apresenta qualquer indicador de confiança interpessoal, ou sugere estratégias de operacionalização empírica posterior desse conceito.

De acordo com B. Reis, na Pesquisa Mundial Sobre Valores (*World Values Survey*), em parte pelas limitações próprias de um questionário de *survey* restrito a questões atitudinais, o conceito "confiança" recebe tratamento simples, "[...] pelas respostas a uma questão dicotômica em que o entrevistado opta entre declarar de um modo geral se se pode ou não confiar na maioria das pessoas". Implícita na *rationale* da pergunta, está a concepção de confiança como um atributo individual que responde de forma relativamente homogênea a certos estímulos do contexto social, o que configura uma "síndrome" coletiva a partir da qual se identifica um indicador de certa cultura política (2003c, p. 46).

### "Modelo do voluntarismo cívico"

O problema da apatia política tem sido objeto de diferentes matizes teóricos, um deles é Modelo da Escolha Racional. Conforme Fátima

Anastasia e Carlos Ranulfo Melo (2003), Antony Downs prenunciou toda uma linha de pensamento acerca do comportamento político de cidadãos que parte da racionalidade e do auto-interesse, ao realizar sua análise da abstenção racional e dos custos envolvidos no ato de se manter informado. Na mesma vertente, Olson inverte o tradicional postulado sociológico segundo o qual indivíduos pertencentes a uma coletividade agirão de forma espontânea, com vista a assegurar a realização dos objetivos comuns ao grupo. Para o autor, indivíduos racionais tenderão a não cooperar uma vez que podem esperar o usufruto dos bens públicos eventualmente conquistados, pelo simples fato de que não há como excluí-los disto. Por conseqüência, deve-se esperar que os indivíduos participem em processos coletivos apenas se estiver em curso a operação de um incentivo de tipo seletivo, ou seja, que não se refira ao bem comum em questão.

Contraopondo-se a esta perspectiva, Robert Dahl entre outros autores, enfatiza o impacto das condições sociais na produção da apatia, lembrando que as pessoas dotadas de menos recursos sabem que "uma hora de seu tempo dedicada à participação política não terá tanto efeito quanto uma hora de outros em condições mais vantajosas" (Dahl apud Anastasia & Melo, 2003:05).

No debate atual sobre "engajamento cívico", Sidney Verba reserva lugar de destaque para a análise da desigualdade. Para este autor a distribuição desigual de recursos cívicos entre os grupos e indivíduos de uma determinada sociedade constitui-se em uma questão central para compreender fenômenos relacionados à participação política (Fuks; Perissinotto; Ribeiro, 2003).

Na visão de B. Reis (2003a), mais que um modelo que supera os antecedentes, o "Modelo do Voluntarismo Cívico" de Sidney Verba é um esforço para estabelecer uma ligação entre eles por meio de ênfase particular na mobilização de recursos participatórios, particularmente, o tempo, o dinheiro e a cultura política, no interior de uma comunidade.

Segundo Bruno Reis (2003a), o foco nos "recursos participatórios" desigualmente distribuídos e especialmente nos custos envolvidos na participação individual permite a Verba contemplar as duas abordagens. Para o "Modelo do Voluntarismo Cívico", em consonância com a perspectiva sócio-econômica, o *status* sócio-econômico de um indivíduo irá provê-lo, ou não, de recursos iniciais necessários para seu ingresso em associações voluntárias; por outro lado, o uso estratégico destes recursos no interior das associações possibilitará a este mesmo indivíduo a aquisição de maiores recursos.

### Os procedimentos da análise

Todo o esforço empreendido neste trabalho foi na direção de contrapor a perspectiva culturalista, através do raciocínio de Robert Putnam (1996), à argumentação de Sidney Verba, cuja

atual preocupação reside em estudar assimetrias sistemáticas existentes na propensão à participação política por diferentes grupos na população de um país. Com este propósito foi testada a hipótese de que tanto os aspectos sócio-demográficos, quanto culturais da população, influenciam a propensão dos seus membros a associação.

O principal objetivo foi, portanto, compreender as possíveis relações entre participação, níveis de informação, confiança interpessoal e variáveis sócio-demográficas. Para tanto, trabalhamos participação através de índice que consegue captar de 0 a um número máximo de instituições das quais o respondente participa, considerando desde aquelas entidades que denotam um envolvimento mais político - associações ligadas à defesa dos direitos humanos; associação ligada à defesa dos consumidores; grupo de Fé e Política; associação comunitária ligada a questões de moradia, melhoramentos urbanos, etc; partido político; associação ligada a questões específicas como saúde, educação, meio ambiente, etc; entidades empresariais e patronais - até as que remetem a um associativismo do tipo civil - entidades de caridade e esportivas, grupos de auto-ajuda e religiosos (grupos de jovens, grupos de casais, outra) (Anastasia & Melo, 2003).

E como principais variáveis explicativas empregamos "confiar ou não confiar em outras pessoas", no molde proposto por Inglehart e o fator de informação, representando a corrente teórica culturalista; por outro lado, estado civil, idade, sexo, anos de escolaridade e quantidade de filhos foram escolhidas como representantes do "Modelo do Voluntarismo Cívico". Destaca-se a escolaridade e a idade como proxy de experiência como medidas econômicas, já que grande parte da renda pode ser explicada por elas, de acordo com a teoria do capital humano<sup>5</sup>.

Os dados utilizados são provenientes da Pesquisa por Amostragem Probabilística da Região Metropolitana de Belo Horizonte dos Departamentos de Sociologia e Antropologia (SOA) e Ciência Política (DCP) da Universidade Federal de Minas Gerais. No total foram 1.029 questionários aplicados, no ano de 2002. Para a atual análise foi considerada uma amostra de 1.027 por terem sido eliminados os casos missing. A base de dados foi construída usando o software SPSS 10.0 (Statistical Packet for the Social Sciences). Para apresentação dos resultados, foram geradas tabelas pelo próprio programa, sendo formatadas pelo Excel 2000.

Dentro desta amostra, a participação fica distribuída da seguinte forma:

**TABELA 1**

**Participação em Associações**

	Nº absoluto	%
Participa em pelo menos uma associação	407	39,8
Não Participa	620	60,2
<b>Total</b>	<b>1027</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002.

Com relação a quantidade de associações em que os indivíduos estão associados, tem-se:

**TABELA 2**

**Número de Associações**

Nº de Associações	Nº Absoluto	%
1	234	22,7
2	105	10,2
3	47	4,5
5	10	1
Acima de 5	11	1,4
<b>Total</b>	<b>407</b>	<b>39,8</b>

Fonte: Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2002.

Adotou-se como modelo principal de análise, a Regressão Logística, que tem como equação geral:

$$\ln [p(y=1)/1-p(y=1)] = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \epsilon$$

Além disso, testes qui-quadrado e correlações bivariadas foram também utilizados.

Para a avaliação do nível de informação foi realizada uma análise fatorial com as seguintes variáveis:

- Frequência com que o entrevistado lê sobre política em jornais
- Frequência com que o entrevistado conversa sobre política com amigos
- Frequência com que o entrevistado participa de reuniões sobre política

O fator resultante explica 60,9% da variância das quatro variáveis. Sendo que, frequência com que lê sobre política em jornais apresentou uma correlação de 0,832 com o fator; frequência com que conversa sobre política com amigos apresentou uma correlação de 0,807 com o fator; frequência com que participa de reuniões sobre política apresentou uma correlação de 0,695 com o fator. Desta forma, percebe-se a existência de uma forte associação entre quem lê sobre política nos jornais e conversa sobre política com os amigos. Este fator foi utilizado como variável explicativa no modelo principal de análise.

### Verificações empíricas

O primeiro modelo tem como objetivo testar as variáveis sócio-demográficas separadamente:

$$\text{Equação: } \ln [p(y=1)/1-p(y=1)] = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \beta_4 X_4 + \beta_5 X_5 + \beta_6 X_6 + \beta_7 X_7 + \beta_8 X_8 + \beta_9 X_9 + \beta_{10} X_{10} + \epsilon$$

Onde,

- 1 = Casados
- 2 = Desquitados/Divorciados
- 3 = Viúvos
- 4 = Idade centralizada<sup>6</sup>
- 5 = Idade centralizada<sup>2</sup>
- 6 = Sexo (Homem = 1)
- 7 = Anos de Escolaridade
- 8 = Possui um filho
- 9 = Possui dois filhos
- 10 = Possui três filhos ou mais

As variáveis de controle foram: no caso do estado civil, o grupo dos solteiros e para as pessoas que possuem filhos, o grupo dos indivíduos sem filhos.

5. Ver BECKER, G. Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, With Special Reference to Education, 1993 & CATANNI A.D., Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia, 2002.

6. Utilizou-se a idade centralizada, como forma de resolver o problema da colinearidade, já que a relação entre participação e idade é ser uma parábola, isto é, o nível de participação sobe até uma determinada idade e depois torna a cair (idade centralizada significa idade menos a média).

O teste para as variáveis Sexo, Quantidade de Filhos e o Fator de Informação foi Unilateral de Calda Inferior<sup>7</sup>. Para todas as outras variáveis o teste foi Teste Unilateral de Calda Superior<sup>8</sup>.

MODEL SUMMARY			
Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell	Nagelkerke R
		R Square	Square
1	1257,883	,103	,140

Variáveis na Equação	B	Sig.	Exp(B)	%
Casados	0,657	0,0035	1,93	93,00%
Desquitados/Divorciados	0,485	0,095	1,625	62,50%
Viúvos	0,709	0,041	2,032	103,20%
Idade centralizada	0,018	0,004	1,018	1,80%
Idade centralizada2	-0,001	0,0085	0,999	-0,10%
Sexo (Homem = 1)	-0,198	0,075	0,82	-18,00%
Anos de Escolaridade	0,145	0,000	1,156	15,60%
Possui um filho	-0,778	0,0025	0,459	-54,10%
Possui dois filhos	-0,043	0,4325	0,958	-4,20%
Possui três filhos ou mais	-0,065	0,4075	0,937	-6,30%
Constante	-1,602	0	0,201	-79,90%

Pelo que se pode perceber do quadro acima:

- Os casados têm 93% de chances a mais que os solteiros de participar. Os viúvos apresentam 103,2% de chances a mais de participarem que os solteiros. Quanto aos desquitados e divorciados, não houve significância.
- A cada ano a mais na idade aumenta em 1,80% as chances de participar de alguma associação/entidade.
- A relação com o sexo não foi significativa, apesar de indicar uma menor participação masculina.
- Cada ano de escolaridade a mais aumenta em 15,6% as chances de participação em associações e/ou entidades.
- Ter um filho diminui 54,10% de chances de participar em relação aqueles que não possuem filhos. Por outro lado, possuir mais de

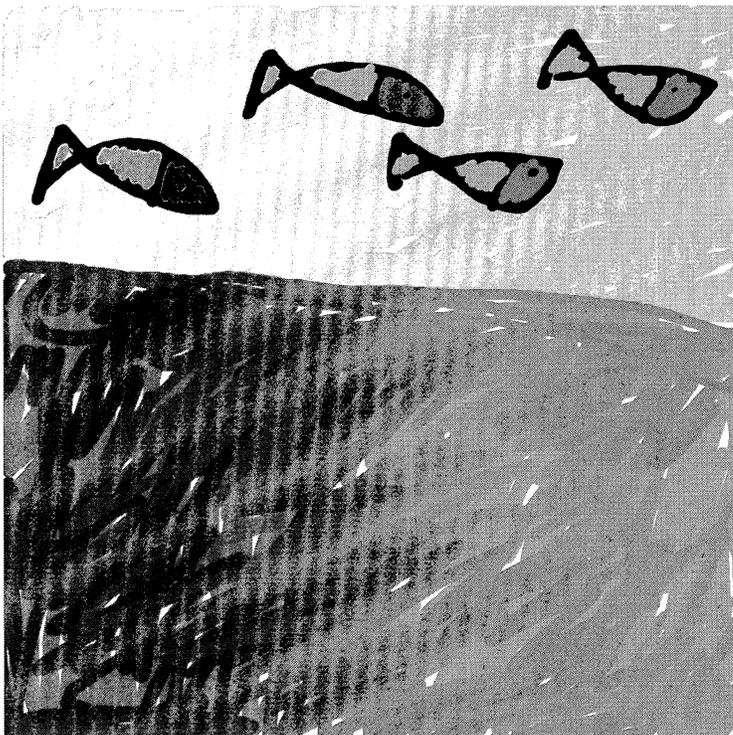
1 (um) filho não apresentou significância estatística, apesar de indicarem que quem possui filhos tem menores chances de participar com relação a quem não tem filhos. Em outras palavras, o primeiro filho tem um impacto muito maior sobre a participação do que o segundo.

Estes resultados corroboram os argumentos da corrente sócio-econômica e de Verba, uma vez que maior escolaridade e idade (experiência) elevam a propensão a associação, conforme a teoria do capital humano segundo a qual indivíduos com maior escolaridade e experiência apresentam maiores probabilidades de receberem maiores salários. A alocação do tempo fica evidente com os resultados encontrados para pessoas que possuem filhos, já que indica que a presença de um filho diminuiu a propensão a associação.

Acrescentando-se o fator de informação e a variável *dummy* de confiança, tem-se que:<sup>9</sup>

MODEL SUMMARY			
Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell	Nagelkerke R
		R Square	Square
1	53,078	,352	,470

Variáveis na Equação	B	Sig.	%
Confiança	0,529	0,04	69,70%
Sexo (Homem = 1)	-0,333	0,02	-28,30%
Casado	0,611	0,02	84,30%
Desquitados/Divorciados	0,552	0,16	73,60%
Viúvo	0,732	0,09	108,00%
Idade Centralizada	0,018	0,01	1,80%
Idade Centralizada2	0	0,20	0,00%
Fator de Informação	-0,48	0,00	-38,10%
Possui um filho	-0,749	0,01	-52,70%
Possui dois filhos	-0,053	0,84	-5,20%
Possui três filhos ou mais	-0,15	0,60	-14,00%
Anos de Escolaridade	0,106	0,00	11,20%
Constante	-1,318	0,00	



7.  $H_0: \beta \geq 0$  e  $H_1: \beta < 0$

8.  $H_0: \beta \leq 0$  e  $H_1: \beta > 0$

9. Todos os testes foram bilaterais  
 $H_0: \beta = 0$  e  $H_1: \beta \neq 0$

- Os indivíduos que confiam tem 69,70% de chances a mais dos que não confiam de se associarem.
- A cada variação no fator de informação diminui em 38,10%, ou seja, quanto mais bem informado o indivíduo menor sua propensão à associação.

Desta maneira, verifica-se parcialmente a perspectiva culturalista, já que o nível de confiança influenciou positivamente a associação; mas a informação negativamente. Esta última contraria as expectativas desta vertente teórica, segundo a qual, maiores níveis de informação tendem a elevar a participação dos indivíduos. Entretanto, vai ao encontro do "Modelo da Escolha Racional" que sugere que o indivíduo estando bem informado escolhe racionalmente não participar por dar-se conta dos custos de sua participação, o que em certa medida contempla o "Modelo do Voluntarismo Cívico", que se apropria da ênfase dada pelo pensamento racional ao uso estratégico dos recursos e aos custos envolvidos na participação.

Vale ressaltar que, neste modelo, sexo adquire significância estatística. Os homens tem menos 28,30% de chance de se associarem do que as mulheres. Lúcia Avelar (2002) ressalta que nos estudos sobre desigualdade política, as mulheres se encontram junto a outros segmentos excluídos dos benefícios reais garantidos constitucionalmente. Assim, pode-se interpretar o resultado obtido da seguinte forma: uma maior participação feminina em associações civis vem ressaltar a importância das associações voluntárias como agente de mudança soci-

al na mediação de grupos sub-representados e o Estado, tal como defende a vertente culturalista.

Por fim, vale ressaltar que as variáveis anos de escolaridade, ser casado, idade e ter filhos continuam relevantes.

### Considerações finais

Os resultados apresentados confirmam nossa hipótese inicial de que tanto os aspectos culturais, quanto sócio-demográficos da população influenciam a propensão dos habitantes da região em estudo a participar de associações. Entretanto, cabe reiterar que variáveis sócio-demográficas importantes como raça, *status* ocupacional e religião não foram consideradas em nossos testes o que abre margem para novos tipos de discussão e experimentos.

Mais ainda, neste trabalho optamos por trabalhar a participação em associações através de um índice geral, portanto, não verificamos os efeitos das variáveis explicativas sobre as formas específicas desse fenômeno: tipo de instituição e grau de envolvimento do entrevistado, formal ou informal. Uma abordagem deste tipo se faz necessária, uma vez que no Brasil "[...] a maioria dos movimentos incide sobre carências de sobrevivência imediata" (Doimo, 1995 p.46). Certamente este seria um ponto para investigação futura: ao invés de nos determos apenas nos efeitos da desigualdade social sobre a apatia, verificarmos também o impacto dessa desigualdade na dinâmica e no perfil do associativismo brasileiro.

### BIBLIOGRAFIA

- AVELAR, Lúcia. (2002), *Mulheres na Elite da Política Brasileira*. São Paulo, Ed. UNESP.
- AVRITZER, Leonardo. (1997), "Um desenho institucional para o novo associativismo". *Lua Nova*, n 39.
- CESAREO, Vicenzo. (1986) - Verbete "Associação voluntária". In: Bobbio, Noberto (org.). *Dicionário de Política*, 2ª edição. Brasília: Editora da Universidade Nacional de Brasília, pp.64-66.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. (2003), *Capital Social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- DOIMO, Ana Maria. (1995), *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo. (2003), "Associativismo civil e participação política na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Notas preliminares de Pesquisa)". Trabalho apresentado no Seminário Análise do Primeiro Survey da Região Metropolitana: Desigualdades Sociais, Qualidade de Vida e Participação Política. Belo Horizonte.
- FUKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato Monseff e RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. (2003), "Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba". *Revista de Sociologia e Política*, 21, p.125-145.
- JACOBI, Pedro R. (2002), "Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadã". *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 7, n. 3, p.443-454.
- LUNDASEN, Susanne. (2002), "Podemos confiar nas medidas de confiança?". *Opinião Pública*, 7, 2:pp.304-327.
- OLSON, Mancur. (1999), *A lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- PUTNAM, Robert D. (1996), *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.
- PRATES, Antônio Augusto Pereira. (1997), "Resenha de Making Democracy Work, de Robert Putnam". *Teoria e Sociedade*, 1, pp.219-228.
- REIS, Bruno P. W. (2003a), "The Assessment of Political Inequality in a Comparative Survey: Some Preliminary Notes". Trabalho apresentado no XIX Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política. Durban, África do Sul.
- \_\_\_\_\_. (2003b), "Capital Social, Confiança Interpessoal e Desigualdade Política problemas de teoria e método". Trabalho apresentado no XXVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais.
- \_\_\_\_\_. (2003c), "Capital Social e Confiança: Questões de Teoria e Método". *Rev. Sociologia. Polit.* Curitiba, 21, p.35-49.
- RIOS, José Arthur. (1986), Verbete "Associação; também Associação voluntária". In: Netto, Antonio de Garcia de Miranda (org.) *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, pp.90-92.
- SANI, Giacomo. (1986), Verbete "Cultura Política". In: Netto, Antonio de Garcia de Miranda (org.) *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, pp.306-308.